

**AO SABOR DO CACAU E SOB A ELASTICIDADE DA BORRACHA:
A CONTINUIDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO PARÁ, DURANTE A
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX¹**

**WITH THE TASTE OF COCOA AND UNDER THE ELASTICITY OF RUBBER:
THE CONTINUITY OF BLACK SLAVERY IN PARÁ, DURING THE SECOND
HALF OF THE 19TH CENTURY**

**COM SABOR A CACAO Y BAJO LA ELASTICIDADE DEL CAUCHO:
A CONTINUIDAD DE LA ESCLAVITUD NEGRA EN PARÁ, DURANTE LA
SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIX**

Luiz Carlos Laurindo Junior²

145

Resumo

A estabilidade da população escrava do Pará do século XIX é um consenso historiográfico e representa a continuidade da instituição escravista na região do Vale do Amazonas. Essa população, que entre as décadas de 1820 e 1870 girou em torno dos 30 mil indivíduos escravizados, só reduziu significativamente nos primeiros anos da década de 1880. Partindo desse consenso, o presente artigo argumenta que essa continuidade esteve atrelada tanto à força da escravidão no Império do Brasil quanto à produção e exportação de duas commodities, o cacau e a borracha, dado o atrelamento da região à economia mundial capitalista do século XIX. O artigo se baseia na pesquisa em vários tipos de documentos, como relatórios da presidência provincial, mapas populacionais, inventários post-mortem, jornais e documentos cartoriais.

Palavras-chave: borracha; cacau; escravidão negra; Pará; século XIX.

Abstract

The stability of the slave population of Pará in the 19th century is a historiographical consensus and represents the continuity of the slavery institution in the Amazon Valley region. This population, which between the 1820s and 1870s was around 30,000 enslaved individuals, only reduced significantly in the early years of the 1880s. Based on this consensus, this article argues that this continuity was linked to the strength of slavery in the Empire of Brazil and to the production and export of two commodities, cocoa and rubber, because of the region's attachment to the 19th century capitalist world economy. The article is based on research from various types of documents, such as provincial presidential reports, population maps, post-mortem inventories, newspapers and notary documents.

Keywords: rubber; cocoa; black slavery; Pará; 19th century.

Resumen

La estabilidad de la población esclava de Pará en el siglo XIX es un consenso historiográfico y representa la continuidad de la institución esclavista en la región del Valle Amazónico. Esta población, que entre las décadas de 1820 y 1870 fue de alrededor de 30.000 esclavos, solo se redujo significativamente en los primeros años de la década de 1880. Con base en este consenso, este artículo sostiene que esta continuidad

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará; doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. E-mail: luizcarloslaurindo@gmail.com

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

estuvo muy ligada a la fuerza de la esclavitud en el Imperio de Brasil y a la producción y exportación de dos commodities, cacao y caucho, dado el vínculo de la región con la economía mundial capitalista del siglo XIX. El artículo se basa en la investigación de diversos tipos de documentos, como informes de la presidencia provincial, mapas de población, inventarios post mortem, periódicos y documentos notariales.

Palabras clave: caucho; cacao; esclavitud negra; Pará; siglo XIX.

Em abril de 1879, na região do Baixo Amazonas, o carafuz João, de 27 anos, natural de Santarém, caiu nas redes do tráfico interno de escravos. Foi vendido por Anna Francisca Pereira (de Santarém), sua senhora, a Américo de Oliveira Lima (de Itaituba), pelo valor de 1 conto de réis, venda formalizada e registrada no escritório do tabelião Manoel d'Oliveira de Paz, no centro de Santarém. É possível que João e sua esposa, mulher livre, já contassem com essa transação, pois, apesar de ter sido caracterizado como doméstico, estava trabalhando no Alto Tapajós, na fabricação de borracha, quando de sua venda. Ou pode ser que tenham sido surpreendidos, como foram muitos escravos que caíram nas redes do tráfico interno. Pelas limitações das informações fornecidas na escritura de venda, não sabemos se o casal foi separado, se a negociação gerou alguma reação ou teve desdobramentos para além da transferência do título e da posse do escravo (SANTARÉM, 1877).

Também em Santarém, também em abril, mas de 1866 e em outro estrato social, faleceu Mariana Pereira da Costa, esposa de José da Mota de Siqueira, proprietária de terras e escravos. Como se costumava fazer com quem acumulava bens ao longo da vida, seu falecimento implicou na abertura de um inventário *post-mortem*, no qual seu marido, inventariante, arrolou milhares de pés de cacau e uma casa de vivenda rural no rio Surubiu-Miri, metade de um campo e metade de um “lugar de casas” no rio Atumá, além de uma morada de casa em Santarém. Foram arroladas também algumas cabeças de gado vacum e certa quantidade dos três principais gêneros exportados pela província do Pará no século XIX: 40 arrobas de seringa fina, 30 arrobas de cacau e 15 alqueires de castanha. Provavelmente eram das próprias propriedades do casal, pois, no inventário, além das casas rurais para abrigo dos trabalhadores e dos próprios produtos, foram arroladas ferramentas e outros bens móveis relacionados à produção e comercialização dos mesmos: terçados, pilões, chocolateiras, itens utilizados para pesagem, recipientes, garrações, quatro embarcações (três montarias e uma coberta).

Entre os bens havia ainda seis escravos, quatro na faixa dos 20 anos (dois homens e duas mulheres) e dois meninos (SANTARÉM, 1867). As atividades produtivas da propriedade possivelmente ficavam a cargo desses escravos, que ali existiam devido à força da instituição escravista e à reorganização de sua reprodução no Império do Brasil. A trajetória de um desses meninos aponta exatamente nessa direção. Roque, de 4 anos, herdado José da Mota, era filho de Antonia, herdada por José da Mota de Siqueira Júnior, filho da falecida e do viúvo. Mais de dez anos após o falecimento, quando já possuía 16 anos, foi afastado do convívio de sua mãe. Foi vendido para José João Vieira de Meneses, em 1879, por 900 mil réis, 700 mil mais caro que seu valor no inventário. Na escritura de venda foi informado que ele era solteiro, natural de Alenquer, onde havia sido matriculado. Não temos como saber se essa separação já não havia ocorrido, pois

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

José da Mota Siqueira Júnior, em 1879, já possuía 24 anos e provavelmente não residia mais com seu pai (SANTARÉM, 1867; 1877). O fato é que Roque, nascido entre os escravos de Mariana Pereira e José da Mota, também foi vendido no âmbito do tráfico interno.

O mês de abril, portanto, foi emblemático na trajetória de vida de João e Roque, gerando instabilidade em seus vínculos familiares e descontinuidade nas teias de sociabilidade em que estavam inseridos. Mas, além dessas, outras questões unem suas trajetórias. Ambos alimentaram os dois principais mecanismos de reprodução da escravidão após o fim do tráfico transatlântico de escravos, a reprodução endógena e o tráfico interno. Ambos, enquanto trabalhadores escravos, gravitavam em torno das economias do cacau e da borracha, principais commodities paraense na pauta de exportação do Império do Brasil, onde a força da escravidão se manteve muito graças à inserção de suas regiões no mercado mundial de commodities. O objetivo do presente artigo consiste em analisar em que medida a produção e exportação dessas commodities paraenses contribuíram, de um lado, para a inserção do Vale do Amazonas na economia mundial capitalista do século XIX, do outro, para a continuidade do escravismo na região.³

O PESO DO CACAU E DA BORRACHA NA ECONOMIA PARAENSE

O cacauzeiro é uma árvore originária da bacia do rio Amazonas, onde também foi originalmente domesticada, e o chocolate, produzido a partir da semente do cacau, tornou-se uma bebida luxuosa na Europa e nas colônias inglesas durante os séculos XVII e XVIII. Foi também entre esses dois séculos que o cultivo e a coleta do cacau não apenas se expandiu pelo Vale do Amazonas, tornando-o o principal produto exportado, como favoreceu a expansão das fronteiras coloniais portuguesas na região (CHAMBOULEYRON; ARENZ, 2017). Melhoramentos em sua preparação – incluindo a adição de suprimentos diversos – ampliaram seus usos e potencializaram o mercado do cacau, dominado, no século XVIII, pela produção venezuelana. Os conflitos inerentes ao processo de Independência da Venezuela, entre o fim desse século e o início do XIX, afetaram diretamente os distritos produtores de cacau e dispersaram a força de trabalho escrava, desviando a demanda europeia para outras partes da América e alavancando a produção em Quito e no Vale do Amazonas, agora predominantemente agrícola (SANTOS, 1980; ALDEN, 1996; BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017). Estava, portanto, aberto o mercado para a expansão do cacau no Vale amazônico, cuja produção demandou o uso de parcela importante dos escravos da região.

Da década de 1870 em diante, foram surgindo novas técnicas industriais de produção de chocolate, novos produtos (como o cacau em pó e o chocolate ao leite) e novas estratégias de publicidade (ênfatisando seus valores nutricionais e seu baixo impacto no sistema nervoso e no coração, em comparação com o café e o chá), que dilataram mais ainda seus usos e massificaram o consumo de cacau. Inclusive, já entre o fim do século XIX e o início do seguinte, o uso se disseminou entre a classe trabalhadora. A proeminência do cacau, portanto, na pauta de exportações do Pará, também está atrelada aos desdobramentos da Revolução Industrial

³ O texto é uma adaptação de uma parte do meu relatório de qualificação, portanto, os argumentos centrais aqui apresentados estão nele contidos (LAURINDO JUNIOR, 2018).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

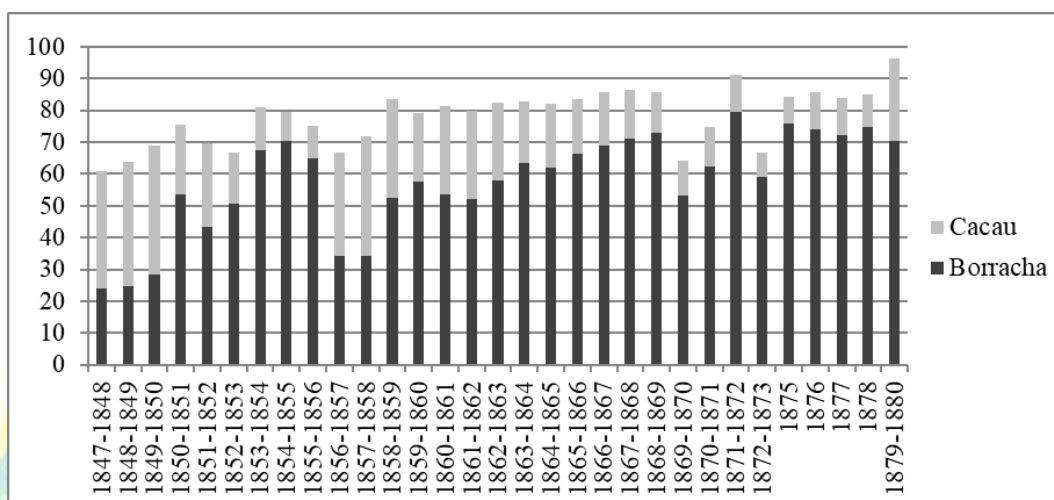
e das mudanças no cotidiano e nos padrões de consumo urbano das populações europeias e americanas do XIX (CLARENCE-SMITH, 2000, p. 19-21). Os mesmos fatores, segundo Tomich (2011), impulsionaram o boom produtivo do café no Centro-Sul do Brasil, do açúcar em Cuba, do algodão no Sul dos Estados Unidos e de outro produto no Vale amazônico, a borracha.

Também originária da bacia do Amazonas e explorada pelas populações indígenas da região e de outras partes das Américas desde o período pré-colonial, a seringueira é a árvore da qual se extrai o látex para a produção da borracha ou goma elástica. Nas primeiras décadas do século XIX, a borracha começou a ser manipulada no setor industrial de alguns países da Europa (em especial na França e na Inglaterra) e dos Estados Unidos, na fabricação, por exemplo, de borracha-de-apagar, ligaduras elásticas, sapatos e tecidos impermeáveis. Contudo, sua consistência, oscilante conforme o clima (pegajosa no calor e inflexível no frio), emperrou o avanço da fabricação de outros produtos concebidos por engenheiros e cientistas. Em 1839, Charles Goodyer descobriu uma forma de alterar as qualidades da borracha, tornando-a mais estável e diminuindo sua adesividade, o processo de vulcanização, que transformou a borracha em matéria-prima para a produção de variados objetos (correias, mangueiras, suspensórios, rodas dentadas, entre outros) e o aperfeiçoamento de outros (a exemplo dos sapatos e roupas impermeáveis) (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993). Ao redimensionar seus usos na indústria de bens de consumo, a vulcanização transformou a borracha em commodity bastante valorizada no mercado mundial e na pauta de exportações do Império, fortalecendo a inserção da região do Vale do Amazonas no sistema mundial capitalista do século XIX.

Percebidas separadamente, mas ainda de forma comparada, o panorama dessas commodities é um pouco diferente. Entre 1847 e 1880, o percentual da borracha no valor total das exportações do Pará foi em média de 57,9%, saindo de 24,1% (menor percentual) em 1847-1848 e atingindo o pico de 79,4% em 1871-1872. No caso do cacau, o percentual médio foi de 20,2%, mas o movimento na pauta de exportações foi inverso, caindo de 40,5%, em 1849-1850, para 7,7%, em 1872-1873 (Gráfico 1). Considerando o volume da exportação anual de cacau, borracha e, à guisa de comparação, de castanha (terceiro produto mais exportado), como se vê no Gráfico 2, entre 1847 e 1888, as lineares de tendência de todos esses produtos são crescentes, mas a inclinação da linear da borracha é mais acentuada do que as dos demais. De 1864-1865 em diante, a borracha desbancou o cacau, assumiu a ponta da pauta de exportações em volume e seguiu nessa posição até o final do período considerado; o cacau, entre a década de 1860 e o ano de 1888 ocupou o segundo lugar na maioria dos anos considerados, sendo superado pela produção de castanha em alguns curtos períodos.

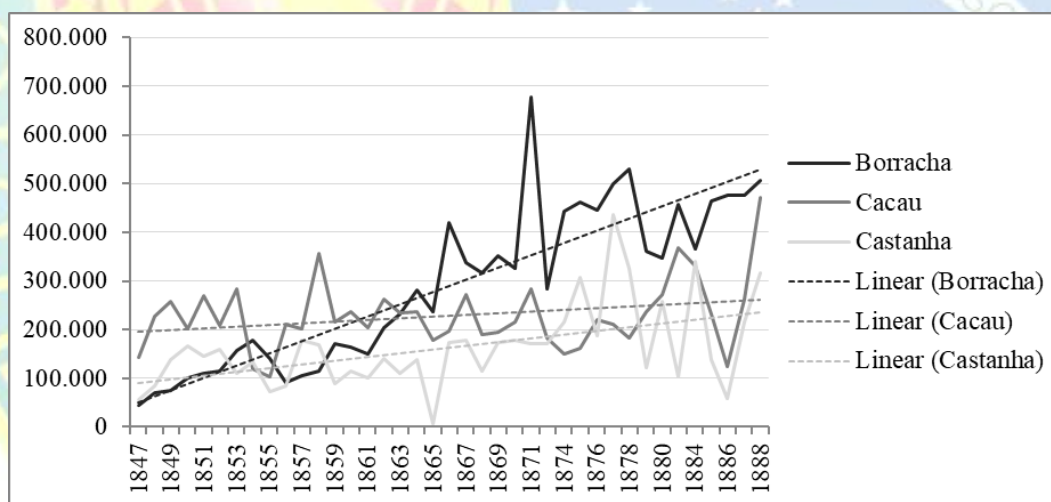
**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

Gráfico 1: Percentual de borracha e cacau na pauta de exportações do Pará (1847-1880).



Fontes: PARÁ (1864; 1867; 1870; 1873; 1879; 1881).

Gráfico 2: Exportação de borracha, cacau e castanha do Pará, em arrobas (1847-1888).



Fontes: além das informadas no Gráfico 1, PARÁ (1887; 1888; 1889).

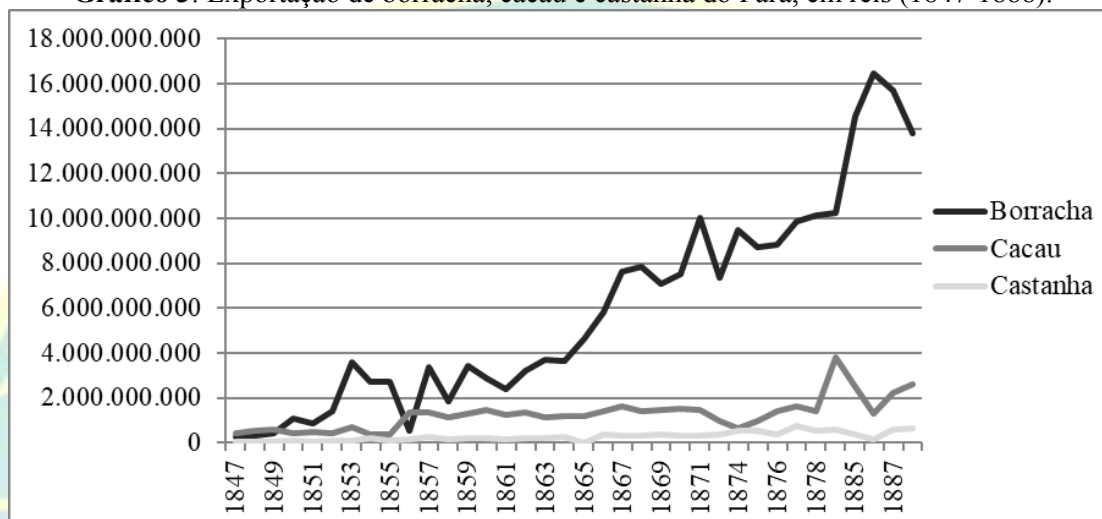
O destaque da borracha na pauta paraense de exportações é mais nítido quando analisamos os valores exportados anualmente, pois os preços dos três produtos não só eram diferentes, como sofriam variações diferenciadas no mercado mundial (SANTOS, 1980). O Gráfico 3 mostra dois movimentos simultâneos, de um lado o acentuado aumento da exportação de borracha, que se torna bem significativo a partir da década de 1860, não obstante algumas oscilações, e do outro a constância nas exportações de castanha e principalmente de cacau. Apenas em dois momentos o cacau supera a borracha, no fim da década de 1840 e em meados da de 1850, e em nenhum ano é superado pela castanha. O fato é que o agigantamento da borracha não abalou o lugar do cacau na pauta de exportações,⁴ tanto que o ápice da exportação de cacau,

⁴ Situação semelhante já havia sido observada para as décadas de 1850 e 1860 (BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

na segunda metade da década de 1870, aconteceu simultaneamente ao franco crescimento nas exportações de borracha. Além disso, como destaca Bezerra Neto (2020, p. 33-34), ao longo da maior parte do século XIX, o Pará foi a principal província exportadora de cacau do Império, tendo sido superada pela Bahia apenas em 1890.

Gráfico 3: Exportação de borracha, cacau e castanha do Pará, em réis (1847-1888).



Fontes: as mesmas dos gráficos 1 e 2.

Influenciadas e pressionadas pela perspectiva livre-cambista, as autoridades brasileiras adotaram uma série de medidas para ampliar as redes comerciais e de transporte internas e fomentar a inserção do Brasil no sistema capitalista do século XIX. A abertura do rio Amazonas à navegação a vapor (1852) e à navegação internacional (1867) – equivalente, para a região, ao estrondoso aumento da malha ferroviária do Sudeste – ampliou a participação do Pará no mercado mundial de commodities. Até então, toda a atividade comercial dentro da província era realizada por meio de canoas e outras embarcações de pequeno porte. A navegação a vapor deu maior vazão à produção e comercialização de diversas mercadorias nos mercados interno (regional e nacional) e mundial, diminuindo o tempo de circulação, barateando e viabilizando o espraiamento e o aumento do volume das mercadorias produzidas. Como destaca Siméia Lopes (2002), as embarcações movidas a vapor representaram uma revolução na estrutura econômica daquela sociedade.⁵ Essa estruturação da navegação a vapor facilitou a produção e circulação do cacau e da borracha, que, conjuntamente, entre 1847 e 1880, nunca correspondeu a menos de 60% do valor total das mercadorias exportadas pelo porto de Belém, tendo passado dos 80% em vários anos desse período (Gráfico 1).

A borracha logo passou a ser produzida em quase todos os municípios da província. No detalhado balanço econômico feito no relatório da presidência provincial de 1862, entre os 26 municípios elencados, em 14 é contabilizada a produção e exportação de borracha. O cacau apresentou disseminação semelhante, aparecendo em 16 municípios (PARÁ, 1862). Alguns anos depois, no relatório de 1868, é feito o levantamento da produção dos principais produtos da província por municípios e comarcas, entre 1865 e

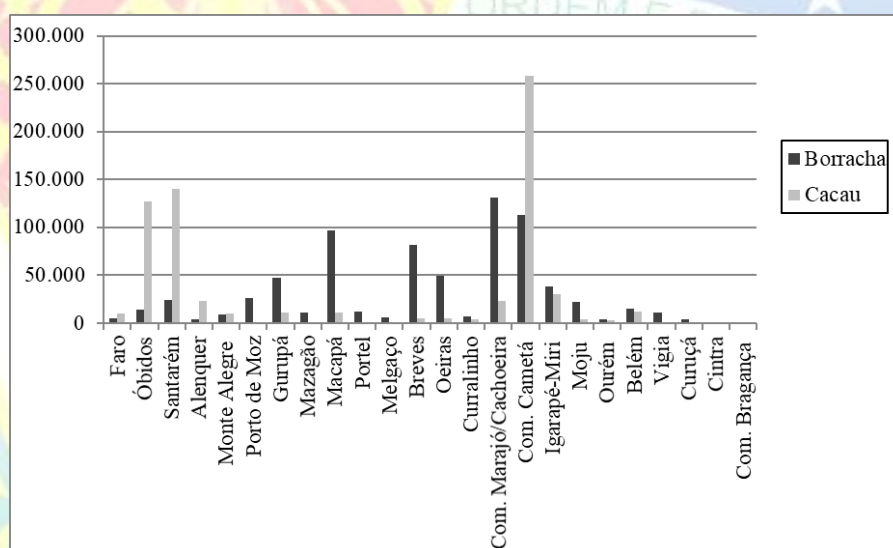
⁵ Sobre a questão, cf. também SALES (2017).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

1867, onde se observa que quase todos os 21 municípios e as 3 comarcas elencadas aparecem vinculados ao circuito produtivo e comercial da borracha, com diferentes níveis de produtividade, como pode ser visto no Gráfico 4 (PARÁ, Sem data [1868?]). A única exceção foi a comarca de Bragança, com incipiente produção de borracha contabilizada em 1865 e nada mais nos dois anos seguintes. Não coincidentemente, com a produção de cacau aconteceu o mesmo, a disseminação aumentou significativamente, à exceção de Cintra, onde não foi identificada qualquer produção de cacau nos anos listados. Em três municípios e na comarca de Bragança a produção foi incipiente: em Curuçá, apenas em 1865 houve alguma produção; em Melgaço não houve produção de cacau em 1865, o mesmo acontecendo em Mazagão, em 1866, e em Porto de Moz, em 1867. No geral, em meados da década de 1860, as duas commodities estavam sendo produzidas e exportadas, em maior ou menor escala, anualmente ou em intervalos maiores de tempo, por toda a província.

151

Gráfico 4: Distribuição da produção (em arrobas) de borracha e cacau por município do Pará, 1865-1867.



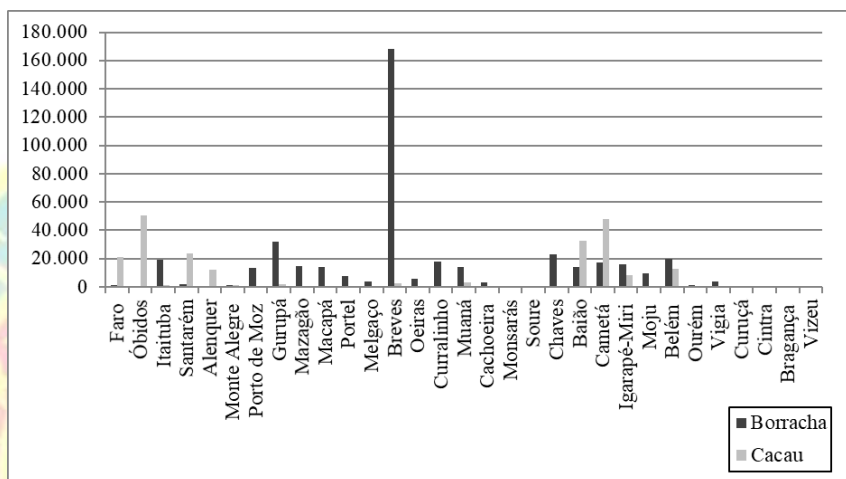
Fonte: PARÁ (1868).

Concomitantemente ao espraiamento, houve concentração da produção em alguns municípios e comarcas paraenses. No Gráfico 4, Macapá, Breves, Oeiras, os municípios das comarcas do Marajó, de Cachoeira e Cametá despontam na produção de borracha; Óbidos, Santarém e Cametá concentram o cacau. Agrupando os municípios por região, a concentração da produção de borracha aconteceu na foz do rio Amazonas e no Marajó, a do cacau no Baixo Amazonas e na região do rio Tocantins. Essa concentração parece ter sido uma constante ao longo do tempo, em virtude das condições econômicas, sociais e/ou naturais propícias à produção de borracha e cacau nessas regiões. No relatório da presidência provincial de 1886, são arrolados os principais gêneros produzidos em cada município da província no ano anterior (Gráfico 5), salientando-se mais uma vez a concentração nas mesmas regiões e na comarca da Capital. Destaca-se a produção de borracha concentrada exorbitantemente nos municípios do Marajó, especialmente em Breves.

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

Além disso, a concentração da produção tanto do cacau quanto da borracha em determinados municípios é maior do que em meados da década de 1860.

Gráfico 5: Distribuição da produção (em arrobas) de borracha e cacau por município do Pará, 1885.



Fonte: PARÁ (1886).

Os municípios dos Gráficos 4 e 5 foram organizados propositalmente da parte mais ocidental para a mais oriental da província, seguindo a corrente do Amazonas, e essa disposição nos permite observar que a região situada na costa atlântica, na fronteira com o Maranhão, produziram quantidades irrisórias das duas principais commodities da província nos anos elencados. As informações fornecidas sobre a economia da província nos relatórios da presidência provincial referentes aos anos de 1861 e 1883 mostram que nos municípios situados nessa região prevaleceu, nos dois momentos, a produção de outras mercadorias para exportação, para o mercado interno provincial e nacional, com destaque para as mercadorias destinadas ao abastecimento da capital. Sobressaem-se na economia desses municípios a produção de açúcar, aguardente, arroz (pilado ou com casca), tabaco, farinha, peixe e derivados, gado e derivados (PARÁ, 1885). Como veremos mais adiante, a demanda por alimentos acompanhou o crescimento da população paraense, atraindo produtores, investidores e negociantes (BATISTA, 2004; MACÊDO, 2009) e absorvendo força de trabalho livre e escrava.

Quando a borracha deslanchou na pauta de exportação, as autoridades da província do Pará passaram a alardear com frequência que a produção gomífera estava tomando os braços da lavoura e minando a economia da província, sobretudo as atividades agrícolas. Uma série de trabalhos já desconstruíram essa interpretação,⁶ que, como bem coloca Nunes (2011), expressavam interesses de determinados grupos e traduziam um projeto de poder e nação específico. A agricultura era vista como um mecanismo de moralização, disciplinarização, modernização e civilização dos modos de vida na região, capaz de assegurar a constituição de propriedades e o povoamento regular, sob o comendo do Estado

⁶ Cf., por exemplo, os seguintes trabalhos mais recentes: BATISTA (2004); NUNES (2011); BARROSO (2017).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

brasileiro e das forças políticas da região. No entanto, nos próprios relatórios da presidência provincial elaborados durante o século XIX, deparamo-nos com uma economia cada vez mais dinâmica com o passar do tempo. Esse dinamismo, no presente artigo, é percebido como desencadeamento da larga produção-exportação do cacau e da borracha, responsável por conectar o Vale do Amazonas à economia mundial capitalista do século XIX, e se desdobrou em diferentes aspectos, a começar pela intensa diversificação da economia provincial, transparecida nos panoramas econômicos dos municípios feitos em vários relatórios da presidência provincial, como os de 1862 e 1884. Nesses relatórios, observa-se que, mesmo nos municípios e nas regiões de concentração da produção dessas commodities, várias outras mercadorias eram produzidas. Inversamente, nas regiões mais atreladas ao mercado interno e à economia de abastecimento, também houve alguma produção de cacau e borracha (PARÁ, 1862; PARÁ, 1885).

Duas características de longa duração da economia da região foram potencializadas nesse novo contexto e também ajudam a entendermos essa diversidade econômica: a simultaneidade entre extrativismo, agricultura, pecuária, pesca e caça; e a sazonalidade inerente a várias atividades produtivas. Houve amplo entrecruzamento de diferentes atividades econômicas na região, ao longo do tempo, especialmente entre agricultura e extrativismo (SAMPAIO, 1997; BATISTA, 2004; BEZERRA NETO, 2009; LAURINDO JUNIOR, 2014; BARROSO, 2017), não havendo melhor exemplo disso do que a própria coexistência entre o boom da borracha e a continuidade da produção de cacau. Influenciando a opção pelo investimento em uma ou outra atividade econômica e o tempo a ser nela despendido havia fatores de ordem econômica (como os movimentos do mercado, a disponibilidade de capital e força de trabalho, entre outros), cultural (a cosmogonia das comunidades, o hábito de procurar ou criar determinados animais, coletar ou plantar determinados vegetais), política (os momentos de instabilidade ou estabilidade, a presença e influência do Estado) e ambiental (o regime de chuvas, as cheias e vazantes dos rios, a qualidade dos solos). Isso explica o fato da produção-exportação das principais commodities da província ter oscilado constantemente ao longo da segunda metade do século XIX (Gráfico 2) e explica em parte as mudanças entre os gráficos 4 e 5.

As exportações dependiam da articulação comercial no âmbito do Vale do Amazonas e o escoamento das mercadorias pelos rios da região acontecia por meio de diferentes tipos de embarcação, em redes que se alargaram e se solidificaram ao longo da segunda metade do XIX, mais um aspecto do dinamismo econômico. A navegação a vapor, decisiva para a ampliação das conexões entre a economia regional e os mercados nacional e mundial, representa apenas uma parte dessas redes e, se foi um fator potencializador dessas conexões, também foi potencializada por elas. Entre 1861 e 1876, houve o aumento de 5 para 23 vapores circulando por águas paraenses do Vale amazônico. Nesses 15 anos, as duas outras principais embarcações responsáveis pelo transporte de grande tonelagem de mercadorias na região passaram a circular em maior número e com maior frequência; as alvarengas aumentaram de 6 para 21 e as canoas de 157 para 519 (PARÁ, 1862; PARÁ, 1877). Como consequência, os comerciantes que transformavam suas canoas em estabelecimentos comerciais e ligavam os centros urbanos às áreas mais afastadas (fossem comunidades ou lugares mais isolados) e excluídas das rotas de navegação a vapor, navegando por vias

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

fluviais inacessíveis às embarcações maiores, os chamados regatões, chamavam a atenção das autoridades. Ainda que as autoridades provinciais buscassem reiteradamente articular medidas controladoras, reguladoras e até inibidoras de suas atividades, eles transportavam grande parte das mercadorias, pessoas e ideais, contribuindo significativamente para conectar aquela sociedade (LOPES, 2002; CARDOSO, 2017).

Quando o Vale do Amazonas se conectou mais firmemente ao mercado mundial, não demorou também para que a “navegação de longo curso”, costeira ou transatlântica, fosse amplificada, dominada, durante a segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos e, majoritariamente, pelos Estados do noroeste europeu, com destaque para os britânicos. Em 1867, a Grã-Bretanha foi o destino do maior valor de mercadorias exportadas do Pará (aproximadamente 3.250 contos de réis), seguida dos Estados Unidos pós-Guerra Civil (3.224 contos) e da França (2.013) (SALES, 2017, p. 162). Os destinos dos três produtos mais importantes da pauta de exportações da província, entre 1876 e 1878, momento de estabilidade do total exportado dos três, em valores (Gráfico 3), reafirma a dominância. No exercício financeiro de 1876-1877, o valor da exportação de borracha para a Grã-Bretanha equivaleu a aproximadamente 5.538 contos de réis, para os Estados Unidos a 4.036 e para a França a 297 contos; para a França também foi exportado valor irrisório de castanha (menos de 1 conto), produto majoritariamente destinado à Grã-Bretanha (347 contos) e aos Estados Unidos (218); por outro lado, entre os três países, a França dominou o mercado do cacau, recebendo o equivalente a 1.118 contos, sendo que nada foi exportado para os outros dois. No ano seguinte, 1878, os valores e os destinos foram muito semelhantes no caso da borracha e da castanha, mas foi contabilizada a exportação do equivalente a 64 contos de réis em cacau para a Grã-Bretanha, irrisórios 2 contos para os Estados Unidos, ao passo que 1.265 contos para a França. Portanto, em meados da década de 1870, enquanto a França dominava as exportações paraenses do cacau, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos dominavam o da borracha e da castanha (PARÁ, 1879). No caso da borracha, essa configuração perdurou pelo menos até o início da década seguinte (PARÁ, 1882).

As entradas de embarcações no porto de Belém entre as décadas de 1840 e 1860, compiladas e analisadas por Sales (2017), também são forte indício do contínuo fortalecimento dos contatos comerciais da província com os mercados nacional e mundial. E, embora traduzam a presença dos portugueses no comércio internacional, como pontua a autora, mais uma vez salientam a predominância dos britânicos. Enquanto entre 1840 e 1851 entraram no Pará 209 embarcações oriundas de portos brasileiros e 645 de fora do Brasil, no intervalo de 1857 a 1867 os números subiram para 421 e 777, respectivamente. Entre as embarcações oriundas de portos estrangeiros, a presença das embarcações britânicas passa de aproximadamente 12%, no período de 1840-1846, para 37,8% em 1857-1867, superando as embarcações portuguesas e americanas (essas últimas até então majoritárias) e dominando o porto de Belém (SALES, 2017, p. 157). Após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos, os estadunidenses voltaram a disputar espaços de influência econômica com os britânicos, mas não retomaram o lugar de proeminência na navegação de longo curso na região. Em 1876-1877, foi registrada a entrada e saída de 85 embarcações estadunidenses e 109 britânicas no porto de Belém; e, em 1881, a entrada e saída de 58 navios e vapores estadunidenses e 154 britânicos. No máximo,

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

conseguiram equilibrar a balança, como em 1873, quando entraram e saíram 111 embarcações estadunidenses e 108 britânicas (PARÁ, 1874; PARÁ, 1882).

O predomínio dos britânicos é resultado direto do processo de financeirização vivido na região do noroeste europeu, centro de acumulação sistêmica de capital durante o século XIX, ao qual a economia do Vale do Amazonas se atrelou por meio da produção de cacau e borracha. Giovanni Arrighi (2013, p. 5-9), ao definir os ciclos sistêmicos de acumulação de capital como uma “camada superior ‘não-especializada’ da hierarquia do mundo do comércio”, onde são feitos os “lucros em larga escala”, demonstra que eles são compostos por três momentos: acumulação de capital-dinheiro, transformação de do capital-dinheiro em capital-mercadoria e financeirização. Cada ciclo, portanto, retrata “não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial”. Cada ciclo é transitório e marcado pela interposição com o ciclo anterior e o subsequente. Sendo assim, se a disputa entre os Estados Unidos e o Império Britânico pela dominância do mercado de commodities do Vale amazônico pode ser vista como sintomática da hegemonia do segundo, também indica o estopim a construção do ciclo de acumulação centrado nos Estados Unidos, que se concretizará no século XX. Essa mudança entre um ciclo e outro é marcada, ainda segundo o autor, por continuidades – em razão da “continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos” – e descontinuidades – dadas as “rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos”.⁷

O dinamismo da economia paraense também se refletiu na maior circulação de capitais e no aumento do lucro dos que controlavam a produção e o comércio, no aumento das rendas da província e da disponibilidade de crédito. Refletiu-se ainda no reinvestimento de capitais não apenas nos principais produtos da pauta de exportação e na miríade de atividades econômicas desenvolvidas na província, mas também nos serviços urbanos e na insipiente (porém não insignificante) produção industrial. O aumento dos lucros e da circulação de capitais e créditos pode ser medido pela multiplicação das grandes casas comerciais e firmas aviadoras, pelo crescimento do setor bancário e pela atuação de companhias de seguro, estrutura financeira garantidora da liquidez da economia e da rede de endividamento inerente ao processo de produção e comercialização da borracha (WEINSTEIN, 1993). Formaram-se mais e maiores fortunas a partir de meados do século (BATISTA, 2004; CANCELA, 2006; SALES, 2017). Na esfera estatal, o período entre o final da década de 1830 e a década de 1880 foi de crescimento da arrecadação da Alfândega do Pará e das receitas públicas provinciais (SANTOS, 1980; WEINSTEIN, 1993; SALES, 2017).

Em relação ao reinvestimento dos capitais acumulados, a capital e os principais municípios das comarcas paraenses receberam a aplicação de capitais do Estado e da iniciativa privada no melhoramento da infraestrutura urbana e no setor de serviços em geral, questão abordada de diferentes formas por inumeráveis

⁷ Arrighi identifica quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação ao longo do tempo, situados em diferentes lugares, com variadas características e abrangências: o genovês (séc. XV ao XVII), o holandês (fim do séc. XVI ao XVIII), o britânico (segunda metade do séc. XVIII ao início do XX) e o norte-americano (fim do XIX até a presente fase de expansão financeira) (ARRIGHI, 2013, p. 5-9).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

trabalhos.⁸ Dois trabalhos, especialmente, foram pioneiros na abordagem de questões centrais relativas à constituição das duas metrópoles amazônicas do século XIX, Belém e Manaus. Enquanto Sarges (2002) analisou o projeto de modernidade arquitetado pelas elites na capital do Pará e o papel das autoridades públicas nas mudanças então em voga, Dias (2007) demonstrou que a urbanização de Manaus possuiu um caráter higienizador ou saneador – pois visava limpar a arquitetura, a moral e a população da cidade – e foi pautada na interferência do capital privado no espaço público. Ainda segundo as autoras, as duas cidades foram paulatinamente enquadradas numa aura civilizacional e excludente, norteadora de determinados projetos políticos, econômicos e culturais dos indivíduos e grupos que se revezavam no poder. Além disso, o investimento em imóveis urbanos, vetor de forte especulação financeira, tornou-se bastante atrativo e foi, em certa medida, uma mudança nos “signos de riqueza” então vigentes (CANCELA, 2006).

Atravessando o urbano e o rural, a produção agrícola em larga escala e a expansão da indústria (que abrange, mas não se confunde com a presença de fábricas) representavam para muitos o caminho ideal para o desenvolvimento econômico da província nos quadros da civilização (WEINSTEIN, 1993; NUNES, 2011). Esse era o mote por trás dos insistentes debates e das reclamações relativas ao extrativismo e à ausência de trabalho regular (OLIVEIRA FILHO, 1979), bem como dos constantes balanços econômicos feitos pela presidência provincial. O balanço de 1862, já mencionado anteriormente, intitulado “Indústria”, é um bom exemplo, pois inicia com a queixa de que “a indústria nesta província está ainda em sua infância” e logo em seguida arrola as atividades econômicas de cada município, deixando subentendido o patamar civilizacional alcançado por cada um. A capital, onde predominaram atividades econômicas voltadas ao mercado interno e, especialmente, à subsistência e ao abastecimento da população, aparece em primeiro lugar na lista, com vários estabelecimentos agrícolas e industriais, como engenhos de açúcar e aguardente, de café, de serrar madeiras, de socar e pilar arroz, com olarias de tijolos e telhas, estabelecimentos de fabricar farinha, fábricas de cal, louça, extração de óleos, curtume, sabão e chocolate (PARÁ, 1862).⁹ Contraditoriamente, portanto, os mesmos discursos condenatórios acerca da borracha e do extrativismo em geral avaliavam positivamente o alargamento e a diversificação da produção agrícola e industrial que, não fosse o dinamismo proporcionado em grande medida pela econômica gomífera e a pela inserção da região no mercado mundial capitalista do século XIX, dificilmente teria acontecido.

No que diz respeito à força de trabalho, ao passo que a continuidade da produção de cacau absorveu grande parcela do trabalho escravo existente na região, o boom da produção de borracha ampliou a demanda por trabalho, intensificando o fluxo migratório de trabalhadores livres para o Pará, mas também absorvendo escravos. As histórias de João e da família escrava pertencente a Mariana Pereira sinalizam nesse sentido. Além disso, conjuntamente, o cacau e a borracha, ao dinamizarem a economia provincial, foram determinantes para a continuidade da ampliada demanda por trabalhadores e para a manutenção do status

⁸ Cf., por exemplo, WEINSTEIN (1993); BATISTA (2004); CANCELA (2006); LEAL (2008); FIGUEIREDO (2008); LAURINDO JÚNIOR (2012).

⁹ Sobre o crescimento da indústria, cf. SANTOS (1980) e WEINSTEIN (1993).

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

quo escravista. A população escrava existente no Pará, ao longo da segunda metade do século XIX, foi empregada e transacionada nas variadas atividades econômicas desenvolvidas, melhor dizendo, nas áreas produtoras de cacau, borracha e outras commodities, nas áreas mais voltadas à economia de subsistência e abastecimento, nos núcleos urbanos repletos de serviços. Esse entendimento vai na contramão dos estudos que tratam como irrelevante a escravidão negra na região durante o boom da borracha, seja pela suposta inexpressividade numérica da população escrava, seja pela suposta incompatibilidade entre escravidão e extrativismo.

A CONTINUIDADE E A FORÇA DA INSTITUIÇÃO ESCRAVISTA

O tráfico transatlântico de escravos foi o principal mecanismo de reprodução da instituição escravista nas Américas, tendo sido proibido, no Império do Brasil, em 1850, pela Lei Eusébio de Queirós. Na província do Pará, o tráfico foi desestruturado precocemente. Durante a segunda metade da década de 1820, os desembarques de africanos foram menos frequentes e em menor quantidade (17.102 dos 21.141 escravos ingressados na província durante o século XIX o fizeram nas duas primeiras décadas). O último desembarque acontece em 1841 (BEZERRA NETO, 2012). Contudo, o contingente de escravos desembarcados nas primeiras décadas do século XIX foi a base para o fortalecimento, a estabilização e continuidade da instituição escravista no Vale amazônico, ao longo do século XIX. Dos 58.895 escravos oriundos da África e que alimentaram o escravismo paraense desde o final do século XVII, conforme o levantamento feito por Bezerra Neto (2012), 34,8% desembarcaram entre 1801 e 1830, percentual próximo dos 43,01% dos 30 anos anteriores, período de maior entrada de africanos no Pará. Deve-se destacar que o alto percentual do tráfico no início do século XIX aconteceu num contexto de crescentes políticas e medidas antitráfico, porém de reestruturação da escravidão americana, ou seja, não foi exclusividade do Pará. No Maranhão, 50,7% do tráfico de escravos aconteceu também nas primeiras três décadas do XIX (SILVA, 2008); na zona escravista vizinha de Pernambuco e Bahia, o percentual foi de 21,6%, muito próximo dos 24,9% e 22,6% referentes, respectivamente, à primeira e à segunda metade do século XVIII, quando a região era o centro político do Brasil colonial e recebia a maior quantidade de escravos africanos; 31% do tráfico para o Sudeste aconteceu nessas décadas, percentual semelhante ao do Pará; nas outras duas principais zonas escravistas americanas, Cuba e Sul dos EUA, os percentuais foram, respectivamente, de 39,2% e 21,3%, ressaltando que o tráfico para os Estados Unidos foi fechado em 1807 (ELTIS; RICHARDSON, 2008, p. 48-50; MARQUES, 2017).

Não é novidade na historiografia a ideia de que no século XIX a escravidão de origem africana apresentou vários pontos de descontinuidade com relação aos séculos anteriores, configurando um novo regime e para alguns uma segunda escravidão. Esse conceito salienta as diferentes temporalidades da escravidão americana, dimensionando suas especificidades, mudanças e interconexões estruturais com a economia mundial capitalista (TOMICCH, 2011, p. 51-52). Segundo Tomich (2011, p. 83-90), quando a Revolução Industrial se consolidou e o Império Britânico se tornou hegemônico no Ocidente, a divisão

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

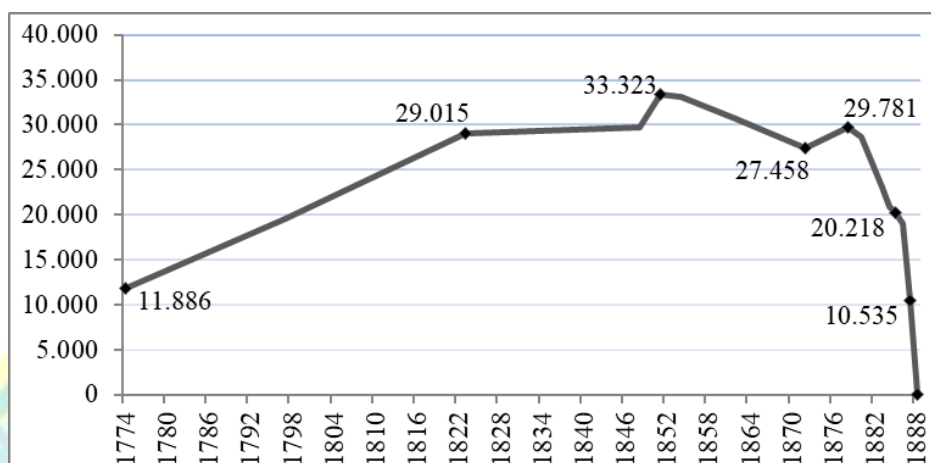
mundial do trabalho foi reconfigurada, criando as condições para a extinção da escravidão dentro daquele Império e, ao mesmo tempo, para o seu fortalecimento fora dele, principalmente nas áreas de produção-exportação das três commodities de maior circulação e consumo no mercado mundial: açúcar em Cuba, algodão no Sul dos Estados Unidos e café no Sudeste do Brasil. Blackburn (2011), embora não utilize o referido conceito, também caracteriza a escravidão do século XIX como outro sistema escravista, espalhado por grandes extensões territoriais e vinculado à ampliação do poder e da riqueza dos donos de plantações. No Brasil, Marquese e Salles (2019, p. 130-132) chamam a atenção para as especificidades da escravidão oitocentista brasileira como uma nova escravidão, articulada em torno da “grande propriedade rural produtora de commodities para o mercado mundial capitalista em expansão” e, portanto, da dinamicidade propiciada pelos setores e núcleos geográficos exportadores da economia nacional.

É inegável, portanto, que a continuidade da escravidão no Pará esteve atrelada à força da escravidão no Império do Brasil (CHALHOUB, 2012), resultado direto da política da escravidão arquitetada pelas elites do café (PARRON, 2011), em consonância com o caminho escravista escolhido e trilhado em Cuba e nos Estados Unidos (MARQUESE; SALLES, 2019). Porém, não se pode negligenciar a dinâmica econômica externa aos centros produtores das principais commodities americanas, pois as várias regiões produtoras e exportadoras de commodities consideradas secundárias na pauta de exportação do Império do Brasil também foram conectadas à economia mundial capitalista a partir de suas especificidades. E nessas regiões a organização do trabalho foi pautada nessas especificidades, como reconhece Tomich (2011, p. 48-51), quando destaca que a divisão mundial do trabalho foi formada historicamente “como uma relação entre processos materiais específicos e formas sociais de trabalho em lugares particulares, integrados pelo mercado mundial, mudando em relação um ao outro através do tempo e do espaço”, revelando a “totalidade complexa, multidimensional e estruturada das relações que formam a economia mundo capitalista”. No Pará e na região do Vale do Amazonas como um todo, dada a contínua produção de cacau, o boom da borracha e os supramencionados desdobramentos desse movimento econômico, a população escrava foi absorvida internamente. Não alimentou, portanto, o fluxo de escravos para o Sudeste cafeeiro, como argumentam Marquese e Salles (2016), baseados em clássica interpretação sobre o tráfico interno.

No Vale do Amazonas, a escravidão negra foi implantada nas décadas finais do século XVII, fortalecida entre meados do XVIII e o início do XIX, e atingiu estabilidade no Vale do Amazonas durante esse último século, mantendo-se dessa forma até o fim da década de 1870. No Gráfico 1, baseada nas análises anteriores de Bezerra Neto (2012), Laurindo Junior (2012) e Barroso (2017), pode ser observado o movimento da população escrava paraense entre a segunda metade do século XVIII e o ano da abolição da escravidão no Brasil. A quantidade de escravos existente no Pará na década de 1820 é mantida relativamente estável ou com pouca oscilação até pelo menos o fim da década de 1870.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

Gráfico 6: População escrava da capitania/província do Pará (1774-1888).



Fontes: 1774 e 1797: Barroso (2017); 1823: BAENA (2004, p. 260-348); 1848, 1854 e 1862: PARÁ (1852, p. 88); 1872: BRASIL (1876); 1878: PARÁ (1880, p. 88); 1880: PARÁ (1884, p. 44-46); 1884: PARÁ (1885, p. 68-69); 1885: PARÁ (1886, p. 29-30); 1886: PARÁ (1887, p. 75-76); 1887: PARÁ (1888, p. 14-15).

A Tabela 1 congloera os dois principais mapas populacionais do século XIX, referentes aos anos de 1823 e 1872. Dividindo os dados entre população livre e escrava e em razão das comarcas existentes em 1872, agrupadas em regiões, possibilita uma análise mais acurada do lugar da escravidão no Pará e das diferenças internas nesse quesito. Enquanto a população escrava total se manteve praticamente inalterada em valores absolutos, o que já foi visto no Gráfico 6, no intervalo de 50 anos entre os dois mapas a população livre cresceu significativamente, resultando na queda do percentual da população escrava.¹⁰ O percentual de escravos na população paraenses passou de 21,8%, em 1823, quando havia 100.167 habitantes livres, para 9,9%, em 1872, quando a população livre tinha mais do que dobrado, atingindo o total de 247.779 habitantes.

Tabela 1: População livre e escrava das comarcas do Vale do Amazonas (1823 e 1872).

| Comarcas agrupadas por região | Livres | Escravos | Total | Escravos (%) |
|-------------------------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
| 1823 | | | | |
| Capital (Belém) | 12.116 | 8.777 | 20.893 | 42,0 |
| Capital (Outros municípios) | 9.072 | 7.353 | 16.425 | 44,7 |
| Vigia e Bragança | 18.425 | 1.526 | 19.951 | 7,6 |
| Cameté | 9.568 | 1.832 | 11.400 | 16,0 |
| Marajó, Cachoeira e Breves | 21.322 | 3.547 | 24.869 | 14,2 |
| Macapá e Gurupá | 9.165 | 1.323 | 10.488 | 12,6 |
| Santarém e Óbidos | 20.499 | 3.657 | 24.156 | 15,1 |
| TOTAL | 100.167 | 28.015 | 128.182 | 21,8 |
| 1872 | | | | |
| Capital Belém) | 53.150 | 8.847 | 61.997 | 14,2 |
| Capital (outros municípios) | 29.750 | 6.401 | 36.151 | 17,7 |

¹⁰ A presente tabela e análise foram inspiradas em BEZERRA NETO (2012) e BARROSO (2017).

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

| | | | | |
|----------------------------|----------------|---------------|----------------|------------|
| Vigia e Bragança | 41.510 | 2.074 | 43.584 | 4,7 |
| Cametá | 25.802 | 3.022 | 28.824 | 10,4 |
| Marajó, Cachoeira e Breves | 45.958 | 3.877 | 49.835 | 7,7 |
| Macapá e Gurupá | 12.702 | 641 | 13.343 | 4,8 |
| Santarém e Óbidos | 38.907 | 2.596 | 41.503 | 6,2 |
| TOTAL | 247.779 | 27.458 | 275.237 | 9,9 |

Fontes: BAENA (2004, p. 260-348); 1872: BRASIL (1876).

No âmbito das regiões, o quadro é mais complexo. Houve crescimento da população livre em todas as regiões, mas em diferentes ritmos. Enquanto, por exemplo, a população livre do município de Belém cresceu absurdamente, na foz do Amazonas (Macapá e Gurupá) o crescimento foi tímido. Já a população escrava se manteve estável em Belém e nas comarcas de Marajó, Cachoeira e Breves; reduziu em diferentes intensidades nos demais municípios da comarca da Capital, na foz do Amazonas e no Baixo Amazonas (Santarém e Óbidos); mas cresceu, também em diferentes intensidades, nas comarcas da costa atlântica (Vigia e Bragança) e na comarca de Cametá. Por outro lado, em ambos os mapas, percebe-se a continuidade da situação desigual das regiões paraenses no que diz respeito à população escrava, com grande destaque para a comarca da Capital como um todo, que, em 1823, concentrava 16.130 escravos, 57,5% dos escravos da província, concentração que, em 1872, continuava em 55,5% (15.248 escravos). Considerando os mesmos cálculos percentuais para a população livre, podemos concluir que ela foi mais amplamente distribuída do que a escrava, pois na comarca da Capital, em 1823, vivia 21,1% (21.188 indivíduos) da população livre total, percentual que, em 1872, sobe para 33,4% (82.900 indivíduos).

A concentração da população escrava em certas regiões não significa que essa população era estática. As mudanças entre os dois mapas evidenciam o oposto, o tráfico de escravos dentro da província, outro importante mecanismo de reprodução da instituição escravista, redimensionado após 1850, responsável pelos deslocamentos compulsórios de João, Roque e muitos outros escravos (LAURINDO JUNIOR; BEZERRA NETO, 2018). Conjunto variado de fatores nos ajudam a entender os fluxos desse tráfico, com destaque para dois: a política da escravidão no Império, que garantiu o status quo escravista e a segurança jurídica do mercado de escravos; e a configuração econômica explicitada na primeira parte do presente texto, que valorizou e manteve elevada a demanda pelo trabalho escravo, não obstante os debates, os projetos e as políticas públicas voltadas à organização do trabalho livre na província (SANTOS, 1980; NUNES, 2011). No decorrer do século XIX, escravos foram empregados nas mais variadas atividades, no meio urbano e rural, nas casas, ruas, estradas e rios, isoladamente ou em conjunto com outros trabalhadores escravos ou livres. A produção agrícola da província, as atividades criatórias, os meios de transporte, os serviços urbanos, as atividades de subsistência, de abastecimento e o extrativismo de diversos produtos, incluindo a seringa, absorveram a força de trabalho escrava existente na província. Absorção respaldada legalmente pelas engrenagens de um Estado nacional escravista em sua essência.

Voltando ao balanço econômico elaborado no relatório da presidência provincial de 1862, conseguimos ter alguma dimensão da força de trabalho empregada em certas atividades agrícolas e na

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

pecuária de alguns dos principais municípios paraenses (Quadro 1). Fica clara a alta absorção de escravos na produção de cacau (bem exemplificada com os dados de dois dos principais municípios produtores dessa commodity, Óbidos e Santarém) e na produção agrícola em geral, na criação de gado vacum e cavalari (com grande destaque para a região do Marajó) e onde havia grande diversidade econômica (a exemplo de Belém). À exceção de Gurupá, todos os municípios que eram cabeças de suas comarcas (Belém, Chaves, Macapá, Santarém e Óbidos) aparecem com importante contingente de força de trabalho escrava. Em Cametá, outro município de grande importância para a economia provincial, a força de trabalho não é quantificada, mas é dito que os engenhos de cana empregavam escravos e a fabricação de farinha demandava braços livres e escravos (PARÁ, 1862).

Quadro 1: Força de trabalho empregada em determinadas atividades econômicas desenvolvidas nos municípios do Pará, 1861.

| Municípios | Produção agrícola, pecuária ou extrativista | Força de trabalho | |
|--------------|---|-------------------|---------|
| | | Livre | Escrava |
| Belém | Arroz, milho, algodão, cacau, fumo, feijão e café | 4.146 | 1.016 |
| Cintra | Gado | 7 | 4 |
| Viseu | Gado e diversos (destaque na exportação: farinha e café) | 500 | 40 |
| Soure | Gado | 58 | 82 |
| Monsarás | Gado | 20 | 26 |
| Muaná | Gado e diversos (destaque na exportação: cacau, milho, arroz, mel e aguardente) | 321 | 122 |
| Chaves | Gado | 183 | 161 |
| Macapá | Gado, cacau, urucum, feijão, milho, arroz, café, algodão, fumo | 134 | 141 |
| Mazagão | Gado | 13 | 4 |
| Gurupá | Gado | 39 | 7 |
| Porto de Moz | Gado | 8 | - |
| Oeiras | Gado | 14 | 4 |
| Santarém | Gado | 200 | 116 |
| | Cacau | 100 | 301 |
| Alenquer | Gado | 80 | 30 |
| | Diversos (destaque na exportação: cacau) | 300 | 100 |
| Óbidos | Gado | 120 | 88 |
| | Cacau e café | 1.380 | 960 |
| Monte Alegre | Gado | 72 | 15 |
| Faro | Gado | 49 | 16 |
| | Cacau e mandioca | 45 | 8 |
| Itaituba | Gado | 12 | 1 |
| | Diversos (destaque na exportação: farinha, cacau, salsa e café) | 885 | 6 |

Fonte: PARÁ (1862).

A pecuária se espalhou por diferentes partes do Vale do Amazonas, durante o século XIX, mas se concentrou em duas regiões específicas, o Marajó e o Baixo Amazonas (FUNES, 1995; SOARES, 2005;

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

BEZERRA NETO, 2012), com largo uso de força de trabalho escrava, como se vê no Quadro 1. Ao fazer o levantamento das fazendas de criação de gado da província em 1881, o presidente José Coelho da Gama e Abreu se deparou com esse exato panorama, espraiamento e concentração. Do total de 710 fazendas, a região do Baixo Amazonas possuía a maior quantidade, com 190 na comarca de Óbidos, 137 na de Santarém e 68 na de Monte Alegre, nas quais eram criados 129.668 cabeças e gado vacum e 21.157 cavalos. A grande Ilha do Marajó possuía menos fazendas, 115 na comarca do Marajó e 114 na de Cachoeira, mas mais gado, 193.672 cabeças de gado vacum, 7.748 cavalos. A criação na Foz do Amazonas também foi significativa no início daquela década, pois nas 17 fazendas de Gurupá havia 25.206 cabeças de gado vacum e 555 cavalos, e nas 60 fazendas de Macapá havia 6.570 e 1.055, respectivamente (PARÁ, 1881). O gado vacum vivo (“em pé”) e sua carne, entre outros produtos dele derivados, foram fundamentais para a economia provincial, sobretudo porque a carne bovina (ou carne verde) era elementar na economia de abastecimento da província, sendo um dos tripés, juntamente com o peixe seco e a farinha, da alimentação paraense (MACÊDO, 2009). A importância do gado cavalari não fica atrás, pois, muito embora a circulação de pessoas e mercadorias acontecesse predominantemente pelas vias fluviais, os cavalos eram cruciais na locomoção pela província.

O extrativismo ficou de fora do balanço de 1862 – à exceção da coleta de urucum em Macapá e possivelmente de alguma quantidade de cacau coletado. O mesmo aconteceu no recenseamento de 1872, quando a população escrava é considerada quanto às profissões, sobressaindo os escravos lavradores (39,9% dos 27.458 escravos) e em menor medida os empregados nos ofícios urbanos, em ofícios especializados e nos serviços domésticos. Porém, os escravos dificilmente possuíam profissão fixa e imutável, sendo obrigados a se adaptar às demandas apresentadas por seus senhores, fosse na cidade ou no campo. Dito isso e tendo em vista a sazonalidade da economia regional, é bem provável que grande contingente desses escravos vinculados a alguma profissão, em especial os lavradores, pudessem ser empregados em atividades de cunho extrativista. O mesmo pode ser considerado acerca dos 8.897 escravos que aparecem sem profissão no censo de 1872, 32,4% do total (BRASIL, 1876). Portanto, por mais que não apareçam de forma evidente entre os números produzidos pelo Estado, não é incomum na documentação analisada a presença de escravos empregados na lida extrativista, a exemplo do carafuz João, doméstico, vendido enquanto trabalhava na produção de borracha no Alto Tapajós.

Em setembro de 1881, Prudêncio, preto liberto, morador do distrito de Itapicuru (nas cercanias rurais do município de Belém), “levado por questões de dinheiro”, tomou o rumo do sítio de Franklin José Pereira, situado naquele distrito, atrás de Guilhermina, escrava de Raimunda de Nazaré e Oliveira. Ao encontrá-la, “quis espancá-la com um pedaço de pau que trazia nas mãos”, mas foi impedido por Francisco Antonio Meireles e Conrado Francisco Vinagre. No dia seguinte, contudo, Prudêncio ficou a sós com Guilhermina, visto que “um filho dela de nome Antonio e o dito Conrado haviam tomado o caminho dos seringais, deixando-a em uma barraca”, ocasião em que a mulher foi “atacada por modo brutal”, ficando “gravemente ferida” (PODER JUDICIÁRIO, 1881). Esse caso, além de salientar a posição de vulnerabilidade das mulheres escravas naquela sociedade (FERREIRA, 2010), demonstra que a instituição

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

escravista também se embrenhou pelos seringais. Nesses espaços de produção da borracha, comumente reservados pela historiografia aos migrantes oriundos da região atualmente conhecida como Nordeste, a presença de escravos negros não era estranha.

Também nas cercanias de Belém, na Ilha de Arapiranga, freguesia de Barcarena, em março de 1885, Antonio de Deos Tavares, que ali residia, envolveu-se em um conflito que foi parar nos tribunais. Na capital, ele prestou queixa contra José Henriques de Carvalho, seringueiro, alegando que, em certa noite de dezembro do ano anterior, “apareceu o querelado no rancho da casa do queixoso, dirigindo-se ao quarto do preto João, escravo do queixoso”; quando já era de madrugada, levantou-se para se arrumar para uma viagem rotineira e “chamou por seu dito escravo, que não apareceu, nem tampouco o querelado que com ele esteve horas antes”. A fuga de João estava configurada e, segundo Antonio Tavares, “o querelado o conservou em seu poder ocultamente, aproveitando-lhe os serviços”. Posteriormente, o querelado ainda “promoveu às ocultas uma ação de liberdade a favor do dito escravo”, alegando que ele não estava matriculado. José Carvalho, arguiu o queixoso, “conserva o dito escravo em sua companhia e lhe aufere os serviços, tendo sido visto com o mesmo escravo fabricando seringa, colhendo andiroba, apanhando auricury” (bacuri). Para completar, ameaçou “de ir tirar-lhe a única escrava que tem”. Em seu interrogatório, José Carvalho informou que morava na capital há dezesseis anos e que era alfaiate, contradizendo a queixa apresentada. Informou que tudo não passava de uma tentativa de vingança do queixoso, desdobramento de um conflito entre ambos, que o fez ser obrigado a assinar um “termo de segurança”. No Auto de Justificativa, declarou ainda que “o dito escravo (...) fugiu da casa do mesmo suplicado em dezembro do ano passado” e que “o mesmo escravo fugiu da casa do suplicado por ter este o ameaçado com um revolver e dado-lhe pancadas” (PODER JUDICIÁRIO, 1885). Independentemente da veracidade de cada depoimento, o que sobressai mais uma vez nesse caso é o uso de escravos na produção de borracha (PODER JUDICIÁRIO, 1885).

Em anúncio de fuga publicado em 26 de junho de 1881 no Diário de Belém, o capitão Marcos Vicente Magno menciona o possível destino dos seus escravos fugidos, entre os quais estava Benedito, que “consta que existe no rio Marajory, onde se emprega no fabrico da borracha”. Ainda em 1881, em um processo criminal por tentativa de homicídio, o réu disse às autoridades que era escravo de José Gonçalves Nogueira e que havia fugido em 1879 para a mesma Ilha de Arapiranga, onde passou a residir, dizendo ser livre e se chamar João Manoel Martins. Fugiu “porque era maltratado pelo seu dito senhor”, e, no intervalo de dois anos até a prisão, estabeleceu residência no Igarapé Papaquara e se empregou “no fabrico da goma elástica”, deixando para trás o ofício de pedreiro (PODER JUDICIÁRIO, 1881a). O escravo buscou os seringais para fugir do cativo, construiu nova identidade, imergiu em nova rede de sociabilidade e se somou à cadeia produtiva da borracha (DIÁRIO DE BELÉM, 26/06/1881).¹¹ Assim sendo, os seringais eram ambientes de trabalho permeados pela escravidão, mas também por expectativas de liberdade, assunto para outro texto.

¹¹ Sobre as fugas escravas e suas facetas no Pará, cf.: BEZERRA NETO (2000). A presença de escravos nos seringais também já foi evidenciada por BEZERRA NETO (2009) e LAURINDO JUNIOR (2014).

CONCLUSÃO

À disposição das elites econômicas, dos pequenos e médios produtores, estava uma força de trabalho diversificada, composta por trabalhadores paraenses, de outras províncias e países, indígenas de diferentes grupos étnicos, negros livres e libertos, brancos pobres, mestiços de variadas feições e cores, que compunham a crescente população livre da província. À disposição, também, mesmo que de segmentos sociais mais restritos, estavam milhares de escravos de origem africana, que continuaram sendo traficados e empregados em diversas atividades econômicas por toda a província, com destaque para algumas dessas atividades e para regiões específicas. Sujeitos livres e escravos, que foram submetidos a variadas e entrecruzadas relações e formas de trabalho, algo inerente à lógica do capitalismo, aproximando-se ocasionalmente e compartilhando experiências no mundo do trabalho (TOMICH, 2011; LINDEN, 2013). Dependendo das condições materiais do empregador ou responsável pela produção e da disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho regional, o trabalho escravo foi mesclado com o trabalho livre. No entanto, havia claras diferenças entre uma e outra condição e o compartilhamento de experiências gerou vetores de influência recíproca entre as relações de trabalho configuradas.¹² No Pará oitocentista, portanto, a conformação da escravidão negra como continuidade, após a Cabanagem e a Lei Eusébio de Queirós, interferiu diretamente na constituição de seu complexo mundo e mercado do trabalho livre e vice-versa.

E se a população escrava continuou sendo traficada e empregada foi porque o escravismo paraense esteve alicerçado na economia do cacau e da borracha, commodities largamente demandadas no mercado mundial capitalista. As plantações de cacau espalhadas pela província continuaram absorvendo grande contingente de escravos após 1850 e, se os seringais não absorveram escravos em escala semelhante, a produção e exportação de borracha dinamizou a economia paraense como um todo, que foi ainda mais diversificada, aumentando a demanda por trabalho, atendida em parte por trabalhadores escravos. A escravidão continuava presente nos setores produtivos voltados ao abastecimento de uma província cada vez mais populosa; continuava presente na produção de mercadorias diversas em uma província cada vez mais conectada ao mercado mundial, ao mercado nacional e conectada internamente; continuava presente nos serviços surgidos e multiplicados em cidades nas quais circulavam cada vez mais pessoas, ideias, mercadorias e capitais, cidades cada vez mais imersas em padrões de urbanidade considerados modernos e civilizados. Todas essas mudanças implicaram na continuidade da escravidão negra. Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha, portanto, a economia paraense seguiu atrelada ao escravismo, e os dois sujeitos apresentados na introdução, João e Roque, sujeitos transmutados juridicamente em propriedade, seguiram atrelados aos interesses e às expectativas econômicas e políticas de seus senhores.

Esse panorama só é passível de ser observado quando nos desvencilhamos das amarras da dicotomia centro-periferia, que impelem à minimização ou negação de dinamicidade às regiões não

¹² Chambouleyron (2006) chegou a conclusão semelhante em sua análise sobre a escravidão de origem africana antes de período pombalino; o mesmo pode ser dito acerca do clássico estudo de Salles (2005) e dos estudos mais recentes de Sampaio (2011) e Bezerra Neto (2012), que, em diferentes momentos historiográficos, salientaram as múltiplas influências da escravidão negra na composição da cultura e da sociedade do Vale do Amazonas.

Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha: A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX

produtoras das principais commodities em determinado território nacional ou na economia mundial. É o que acontece de forma recorrente nas interpretações sobre a economia do Brasil do século XIX, dentro e fora da academia, comumente ou exclusivamente associada à produção cafeeira no Sudeste.¹³ Tirando o foco do café e observando que várias outras commodities foram produzidas e escoadas para o mercado mundial, em regiões nas quais o escravismo era arraigado socialmente e politicamente, onde as elites estavam entranhadas nas estruturas de poder e onde trabalhadores escravos eram usados isoladamente ou em conjunto com trabalhadores livres, como aconteceu na província do Pará, o horizonte se abre e outro Brasil aparece, um Brasil marcado em todos os seus recantos pela escravidão até às vésperas da Abolição. E se a continuidade da escravidão negra no Pará foi garantida por camadas estruturais constitutivas do Império do Brasil como um todo, há muitas nuances nesses recantos. Fundamental, como por muitos vem sendo apontado, é percebermos que, no século XIX, capitalismo e escravidão foram indissociáveis em vários espaços americanos (BLACKBURN, 2011; TOMICH, 2011; WILLIAMS, 2012; MARQUESE; SALLES, 2016; BECKERT; ROCKMAN, 2016; entre outros), mas a inserção de cada espaço na economia mundial capitalista não pode ser compreendida dentro de um todo homogêneo. No caso do Brasil, as províncias e regiões brasileiras vivenciaram o capitalismo do século XIX de diferentes formas, em diferentes escalas e intensidades (MARCONDES, 2005), e muito graças a essa diferença a vivência da instituição escravista também foi diferenciada em cada lugar. A província do Pará, mais uma vez e por fim, é um grande exemplo.

FONTES

DIÁRIO DE BELÉM, 26/06/1881. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

PARÁ. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Pará, na Primeira Sessão da XVIII Legislatura pelo Exm.º Snr. Presidente da Provincia Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de Setembro de 1862.* Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

PARÁ. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Provincia.* Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864.

PARÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial por S. Exc.º Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Provincia, em 15 de Agosto de 1867.* Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

PARÁ. *Annexos ao Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Provincia do Gram-Pará ao Excellentissimo Senhor Visconde de Arary, 1.º Vice-Presidente, em 6 de Agosto de 1868.* Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, sem data [1868?].

¹³ O questionamento da centralidade do Sudeste não significa a negação de sua importância política e econômica, e sim o deslocamento da perspectiva de análise para a dinâmica econômica, os espaços políticos decisórios e o lugar estratégico das outras províncias ou regiões com relação ao Império do Brasil e no âmbito do sistema capitalista.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

PARÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Pará, Doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 4.º Vice-Presidente, Doutor Abel Graça.* Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1870.

PARÁ. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Provincia, abriu a 2.ª Sessão da 18.º Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, em 1.º de Julho de 1873.* Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873.

PARÁ. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial, na Primeira Sessão da 19.ª Legislatura, pelo Presidente da Provincia do Pará, o Excellentissimo Senhor Doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de Fevereiro de 1874.* Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª Sessão da 20ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia do Pará, em 15 de Fevereiro de 1877.* Pará: Typ. do Livro do Commercio, 1877.

PARÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José da Gama Malcher, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Provincia do Pará ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 9 de Março de 1878.* PARÁ: Typ. Guttemberg, 1878.

PARÁ. *Falla com que o Excellentissimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Provincia, abriu a 2.ª Sessão da 21.ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia do Gram-Pará, em 16 de Junho de 1879.* Pará: [?], 1879.

PARÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial, na 2.ª Sessão da 22.ª Legislatura, em 15 de Fevereiro de 1881, pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu.* Pará: Typ. Diario de Noticias, 1881.

PARÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. 1.º Vice-Presidente, Dr. José da Gama Malcher.* Pará: Typ. do Liberal do Pará, 1882.

PARÁ. *Falla com que o Exm.º Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1.ª Sessão da 23.ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Provincia do Pará, em 23 de Abril de 1882.* Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.

PARÁ. *Falla com que o Exm.º Snr. Conselheiro João Silveira de Sousa, abriu a 1.ª Sessão da 25.ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, em 15 de Outubro de 1884.* Belém: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Provincia do Pará, abriu a 1.ª Sessão da 25.ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 25 de Março de 1886.* Belém: Typ. do Diario de Noticias, 1886.

PARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente da Provincia do Pará, abriu a 2.ª Sessão da 25.ª Legislatura da Assembléa Provincial, em 20 de Outubro de 1887.* Pará: Typ. do Diario de Noticias, 1887.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

PARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, Primeiro Vice-Presidente da Província do Pará, abriu a 1.ª Sessão da 26.ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 4 de Março de 1888.* Pará: Typ. do Diario de Noticias, 1888.

PARÁ. *Falla com que o Exm.º Snr. Dr. Miguel José D'Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2.ª Sessão da 26.ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará, em 2 de Fevereiro de 1889.* Pará: Typ. de A. F. da Costa, 1889.

PODER JUDICIÁRIO. Fórum Criminal, 1º Distrito Criminal, Autos crimes de ferimentos graves, 1881. Centro de Memória da Amazônia – Universidade Federal do Pará (CMA/UFPA).

PODER JUDICIÁRIO. Fórum Criminal, 2º Distrito Criminal, Autos crimes de tentativa de homicídio, 1881a. CMA/UFPA. PARÁ.

PODER JUDICIÁRIO. Fórum Criminal, 1º Distrito Criminal, Autos crimes de furto, 1885. CMA/UFPA. PARÁ.

SANTARÉM. Cartório Nogueira Sirotheau – 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis. Livro de escrituras de compra e venda de escravos, 1877.

SANTARÉM. Autos cíveis de inventario dos bens que ficarão por fallecimento de Dona Marianna Pereira da Costa, 1867.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: an essay in comparative economic history. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v. 120, n. 2, p. 103-135, april/1976.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BARROSO, Daniel S. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888).* Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARROSO, Daniel Souza; LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. À margem da segunda escravidão? A dinâmica da escravidão no vale amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. *Revista Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 568-588, set./dez. 2017.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 - c.1870.* Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BECKERT, Sven; ROCKMAN, Seth (ed.). *Slavery's capitalism. A New History of American Economic Development.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

BEZERRA NETO, José Maia. A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 7, p. 27-49, maio/2020.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: Escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BLACKBURN, Robin. *The American Crucible. Slavery, Emancipation and Human Rights*. London: Verso, 2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Frontier of Expansion, Frontier of Settlement: Cacao exploitation and the Portuguese colonisation of the Amazon region (17th & 18th Centuries). *Commodities of Empire - Working Papers*, v. 29, p. 1-24, 2017.

CLARENCE-SMITH, William Gervase. *Cocoa and chocolate, 1765-1914*. London; New York: Routledge, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto – Manaus, 1890-1920*. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Orgs.). *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven; London: Yale University Press, 2008, p. 1-60.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçaria e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. *“Nasci nas matas, nunca tive senhor”*. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Pará (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. “Escravidão e extrativismo na Província do Pará, século XIX”. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, n. 5, p. 73-86, 2014.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *Rios de escravos: capitalismo, escravidão e tráfico interno no Vale do Amazonas (1840-1888)*. Relatório de Qualificação (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História (São Paulo)*, v. 37, p. 1-30, 2018.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará Republicano (1888-1906)*. Salvador: Edufba, 2008.

LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do Mundo*. Ensaio para uma história global do trabalho. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese (Livre-Docência), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

MARQUES, Leonardo. “O tráfico interestadual de escravos nos Estados Unidos em suas dimensões globais, 1808-1860”. *Tempo*, Niterói, vol. 23, n. 2, p. 340-359, mai./ago. 2017.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivado: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*. v.11, p. 101-140, maio/1979.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SALES, Mábila Aline Freitas. *Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém dos meados do oitocentos*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

**Ao sabor do cacau e sob a elasticidade da borracha:
A continuidade da escravidão negra no Pará, durante a segunda metade do século XIX**

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3.ed. Belém: IAP, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravos e escravidão africana na Amazônia. In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora Açai/CNPq, 2011, p. 13-42.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, Daniel Domingues B. The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: Volume, Routes and Organisation. *Slavery & Abolition*, vol. 29, n. 4, p. 477-501, december 2008.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e Vaqueiros na ilha de Marajó (sécs. XVIII e XIX)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Texto recebido em: 20/04/2021

Texto aprovado em: 07/11/2021